

JORNALISMO E FUNÇÃO SOCIAL: ANÁLISE DO JORNAL A UNIÃO À LUZ DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

JOURNALISM AND SOCIAL RESPONSABILITY: AN ANALYSIS OF THE
NEWSPAPER A UNIÃO IN LIGHT OF THE CLIMATE EMERGENCY AND THE
SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS

Ciências Humanas, Ciências Biológicas • 27/08/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/787785325](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/787785325)

Gilson Freitas Galvão¹

Maiara Gabrielle de Souza Melo²

Cândida Maria Nobre de Almeida Moraes³

RESUMO

A pesquisa realizou uma análise da cobertura do jornal *A União*, veículo estatal do Governo da Paraíba, no contexto da emergência climática e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Problematizando a função social do periódico, buscou-se compreender se/como o jornal aborda questões ambientais. O recorte temporal compreende as edições de 2023 e se justifica pela atualidade do debate climático, somando-se ao destaque governamental expresso pela criação de secretarias específicas sobre a temática. A fundamentação teórica se apoia em obras que analisam a interseção entre comunicação, meio ambiente e poder público. A metodologia consiste numa análise de conteúdo de notícias, colunas e editoriais de *A União*, apontando a ocorrência de pautas ambientais. Os resultados fornecem *insights* ao jornal como agente informacional e educador em temas centrais à sustentabilidade e contribui para uma melhor compreensão da coerência do jornal na cobertura de desafios ambientais prementes.

Palavras-chave: comunicação; emergência climática; jornalismo; sustentabilidade; ODS.

ABSTRACT

This study analyzed the coverage of the newspaper *A União*, a state-run publication of the Government of Paraíba, in the context of the climate emergency and the Sustainable Development Goals (SDGs). By examining the newspaper's social function, the study sought to understand whether and how it addresses environmental issues. The time frame covers the 2023 editions and is justified by the current relevance of the climate debate, in addition to the government's emphasis on the issue, as evidenced by the creation of specific departments dedicated to the topic. The theoretical framework draws on works that analyze the intersection between

communication, the environment, and public authorities. The methodology consists of a content analysis of news articles, columns, and editorials in A União, identifying the occurrence of environmental topics. The results provide insights into the newspaper's role as an informational agent and educator on issues central to sustainability and contribute to a better understanding of the newspaper's consistency in covering pressing environmental challenges.

Keywords: communication; climate emergency; journalism; sustainability; SDGs.

1. INTRODUÇÃO

Vive-se um contexto global de emergência climática, com impactos severos das mudanças do clima (ondas de calor intensas, elevação e acidificação dos oceanos, furacões frequentes e perda de biodiversidade), eventos que afetam a vida, a segurança alimentar e a estabilidade dos ecossistemas. No Nordeste brasileiro, os impactos são explícitos, com a intensificação da desertificação e da escassez hídrica.

Um esforço mundial busca minimizar esses efeitos por meio de um modelo de desenvolvimento sustentável, a exemplo da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), interligados e indivisíveis, como chamado para que países construam um futuro mais justo. Adotados em 2015 por todos os 193 Estados-membros da ONU, os ODS são um compromisso global para erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir paz e prosperidade. A agenda abrange: 1. Erradicação da pobreza; 2. Fome zero e agricultura sustentável; 3. Saúde e bem-estar; 4. Educação de qualidade; 5. Igualdade de

gênero; 6. Água potável e saneamento; 7. Energia limpa e acessível; 8. Trabalho decente e crescimento econômico; 9. Indústria, inovação e infraestrutura; 10. Redução das desigualdades; 11. Cidades e comunidades sustentáveis; 12. Consumo e produção responsáveis; 13. Ação contra a mudança do clima; 14. Vida na água; 15. Vida terrestre; 16. Paz, justiça e instituições eficazes; e 17. Parcerias e meios de implementação (ONU, 2015).

No Brasil, as 27 Unidades da Federação, incluindo a Paraíba, comprometeram-se a implementar políticas públicas alinhadas aos ODS. O jornalismo, compreendido como “quarto poder” pela capacidade de fiscalizar, influenciar o debate público e formar opinião (Traquina, 2005), tem a responsabilidade de acompanhar e avaliar essas políticas. A comunicação cumpre papel relevante ao divulgar tais informações e sensibilizar a sociedade quanto à urgência de ações sustentáveis, já que o conhecimento sobre as mudanças climáticas e a promoção de práticas sustentáveis mobilizam a população e influenciam decisões.

Empresas de notícias e entretenimento, públicas e privadas, passaram a integrar o Pacto Global de Mídia a favor da Agenda 2030 e dos ODS (United Nations, 2018) para incluir tal debate na cobertura jornalística. Iniciada em 2018 com 31 membros fundadores, em 2020 já havia mais de 100 integrantes, em mais de 160 países, com audiência geral superior a 2 bilhões de pessoas.

O jornalismo exerce sua função social ao mediar criticamente acontecimentos e sociedade, informando factual e contextualizadamente. Na emergência climática, a prática é ainda mais essencial ao investigar, analisar e noticiar o tema. Ao pautar histórias de comunidades afetadas e soluções inovadoras, o

jornalismo pode instigar ações concretas e sensibilização coletiva. Os jornais são, assim, instrumentos importantes na compreensão dos desafios ambientais e sociais, capacitando leitores a ações mais bem embasadas, como a cobrança por políticas públicas sustentáveis.

O jornal *A União*, fundado em 2 de fevereiro de 1893, uma publicação do Governo da Paraíba, único jornal oficial em circulação no país (Ferreira; Lima, 2008) e único periódico impresso de circulação diária no estado (Os Guedes, 2022), é objeto de estudo significativo para analisar como veículos estatais lidam com a emergência climática e a sustentabilidade.

A investigação do jornal quanto às temáticas se ancora em sua relevância atual, à medida que pesquisas em jornalismo e meio ambiente se consolidam no Brasil (Gomes; Massierer; Steigleder, 2023). Enquanto a emergência climática alerta para um perigo global que exige ações imediatas e coordenadas, os ODS norteiam esforços para um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Nesse sentido, os grupos de pesquisa “Estudos em Jornalismo” (UFSM) e “Jornalismo Ambiental” (UFRGS) lançaram o *Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas* (UFSM, 2020), com subsídios para uma cobertura mais qualificada do tema.

A mídia tem papel basilar na opinião pública e na disseminação de informações. Lobo (2013) observa que cabe ao jornalista interpretar e traduzir informações, não só informar. Diante da saturação informativa contemporânea, é preciso conceder sentido e precisão, produzindo um bem intelectual que oportunize ao receptor refletir. Nisso reside a grandeza de um texto e o papel do jornalismo na difusão do conhecimento.

A preocupação com a função social jornalística, norte da pesquisa, ancora-se na percepção da imprensa como agente ativo na construção de consciência coletiva, considerando dimensões como informação responsável e educacional, provocação do debate público, compromisso ético com o interesse público, promoção da transparência e responsabilidade ambiental na comunicação. Por ser estatal, a análise de *A União* permite entender como tais informações são comunicadas por veículos de utilidade pública.

Na Paraíba, a Lei 12.615/2023 criou a Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), para “promover políticas públicas relacionadas à preservação, conservação e recuperação do meio ambiente” e conciliar progresso econômico com proteção ambiental (Paraíba, s.d.), contando ainda com as secretarias executivas de Mudanças Climáticas e de Desenvolvimento Sustentável.

Essa institucionalização sugere que *A União* tenderia a destacar pautas vinculadas a essas questões, refletindo e amplificando o compromisso estatal, cabendo ao jornalismo informar a sociedade sobre a formulação de tais políticas, seus impactos, progressos e desafios, e ao poder público responder e trazer segurança à população.

O Governo do Estado, em ação interinstitucional com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e a Assembleia Legislativa (ALPB), mantém ainda a Plataforma ODS-PB - Territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Paraíba, observatório que monitora sistematicamente os ODS nos municípios e Regiões Geoadministrativas paraibanas. Para isso, foi criado o Índice de Desenvolvimento Sustentável Integrado do Estado da Paraíba (IDS-

PB), métrica em escala de 0 a 100, publicizada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior (SECTIES-PB) e acompanhada em site próprio (ODS-PB, s.d.), com participação da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ-PB), cuja finalidade é promover o desenvolvimento científico e tecnológico do estado, em sintonia com as necessidades socioeconômicas que afetam o desenvolvimento sustentável.

Dada a relevância internacional das temáticas ambientais, sobretudo sob os ODS da ONU, um foco jornalístico nesse debate está em consonância com a agenda global e reforça o compromisso do estado com metas mais amplas de sustentabilidade.

A pesquisa investigou o jornal *A União*, enquanto veículo informacional, educador e público, na promoção de conteúdos sobre emergência climática e ODS. Para tanto, identificou as edições que contemplaram essas temáticas, analisou o conteúdo editorial quanto a temas, abordagens e enfoques, e delimitou eventuais lacunas no tratamento das questões, visando propor melhorias ao veículo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Trigueiro (2013) defende ser necessário que os jornalistas promovam a discussão ambiental através do resgate do “sentido holístico e do caráter multidisciplinar que permeia todas as áreas do conhecimento”.

Em consonância com a perspectiva interdisciplinar entre mídia, meio ambiente, emergência climática e ODS, foram mobilizados conceitos e teorias fundamentais à compreensão dessas temáticas, a exemplo do jornalismo ambiental, que:

Busca a inclusão da perspectiva holística e sua conexão inequívoca com o todo, produzindo notícias mais contextualizadas e menos fragmentadas. Desta forma, o jornalismo ambiental parte de uma nova concepção teórico-prática centrada no agir e no pensar o jornalismo, a partir da ótica da sustentabilidade do planeta, buscando a ampliação do número de fontes da área a serem consultadas, o aprofundamento do conteúdo e a abordagem qualificada das notícias de meio ambiente (Girardi et al, 2013, p.74).

Bueno (2008) enquadra o jornalismo ambiental como processo de captação, produção, edição e circulação de informações ambientais destinadas a público leigo, pautado em três funções (política, pedagógica e informativa), visando o diálogo entre diferentes partes.

Jornalismo e educação compartilham responsabilidade na promoção de uma sociedade informada, transparente e ética, interseccionalidade compreendida pelo raciocínio de Gomes (2009) apud Rocha & Paulino (2023):

... o jornalismo é uma atividade integralmente afetada pela norma da veracidade'. E a notícia, seja na forma de descrição ou narrativa, se estabelece a partir de acontecimentos reais, independentemente de sua interpretação pelo público. Assim é na educação, seja ela formal, não formal ou informal. E com ela está a comunicação com responsabilidade que, fundamentada na verdade, na transparência e no afeto, sempre fortalece relações e contribui sobremaneira para a constituição dos sujeitos (Rocha & Paulino, 2023, p. 106).

Não foi objetivo do trabalho categorizar textos de *A União* como exemplos de jornalismo ambiental. A utilização de seus conceitos, congregando posicionamento crítico, questionador e plural, permitiu avaliar as práticas jornalísticas em coberturas ambientais e de emergência climática. Conjuntamente, a exploração dos princípios que balizam os ODS contextualiza normativamente o tema, subsidiando a análise de como o jornal os aborda editorialmente.

Considerando o jornalismo ambiental como forma de educação ambiental (USP, 2024), o trabalho partiu da premissa de que o jornalismo também possui caráter “educador”, e não só “educativo” ou “educacional”, por seu potencial de ultrapassar a ideia de instrumento pedagógico (comumente restrito à educação informal) e de gênero ou especialidade. Posicionamento que dialoga com Pena (2010), para quem o trabalho jornalístico constrói socialmente a realidade do cidadão, assim como a educação rege a transformação de uma sociedade, envolvendo sua formação intelectual e cultural.

Matos e Estrázulas (2013) lembram que a “notícia é de grande importância para uma sociedade, principalmente quando esta não tem o acesso à educação”. Ao apresentar informações de modo acessível, o jornalismo fomenta a consciência crítica dos leitores, e a capacidade de distinguir fatos e opiniões, proporcionada pela exposição às notícias, é fundamental para o desenvolvimento educacional.

No levantamento de referenciais sobre cobertura de jornais impressos, observou-se que o *corpus* de grande parte desses estudos corresponde a entes privados, enquanto *A União* é estatal, característica que reforça sua responsabilidade social.

2.1. Emergência Climática

O Brasil enfrenta sérias vulnerabilidades ambientais e climáticas, evidenciadas pelo aumento na frequência e intensidade de eventos extremos, com consequências significativas para a população, economia e ecossistemas, afetando produção agrícola, infraestrutura costeira, recursos hídricos e qualidade ambiental das cidades. As mudanças climáticas exacerbam esses desafios, prejudicando setores vitais e ampliando desigualdades socioeconômicas.

Um dos fatores críticos é o desmatamento da Amazônia, estimado em 11.568 km² entre 1.º de agosto de 2021 e 31 de julho de 2022 (INPE, 2022). O processo contribui para o aquecimento global e afeta o clima regional na América do Sul, alterando o transporte de vapor de água e o albedo da superfície, impactando as chuvas e a regulação climática, e aprofundando desafios ambientais e ameaças à sustentabilidade a longo prazo (Artaxo, 2019).

A perda de espécies nos ecossistemas terrestres e oceânicos, impulsionada pela ocupação de habitats e alterações no uso do solo, é uma preocupação global (IPBES, 2019). No Brasil, que abriga cerca de 15% das espécies do planeta, a questão é crítica, dada sua diversidade biológica distribuída entre seis biomas e várias bacias hidrográficas, biodiversidade essencial à estabilidade ambiental e à vida humana.

Propriedades dos sistemas naturais, sobretudo a biodiversidade, são essenciais aos fluxos de serviços ecossistêmicos que beneficiam a humanidade, garantindo segurança hídrica e alimentar, valores culturais e desenvolvimento econômico, social e humano (BPBES, 2018).

Num cenário de desenvolvimento sustentável, a conservação da biodiversidade é decisiva para mitigar e adaptar as mudanças climáticas, além de gerar renda e bem-estar. Persistindo o atual modelo econômico, baseado em combustíveis fósseis e na falta de adaptação climática, o declínio dos sistemas naturais será inevitável, acelerando as mudanças e seus impactos negativos.

Buscando reduzir esses impactos, Morin (2015) destaca a necessidade de reforma no modo de vida moldado pela civilização moderna, que priorizou o bem-estar material às custas de um mal-estar interior, gerando insatisfações psicológicas que impulsionam a busca incessante por satisfações materiais.

Os impactos mais graves das mudanças climáticas provavelmente serão enfrentados pelos países em desenvolvimento, onde muitas pessoas pobres vivem em áreas vulneráveis ao aquecimento. A consciência da gravidade da crise cultural e ecológica precisa se

traduzir em novos hábitos que promovam o que Taibo (2019) chama de “transição ecossocial”.

O jornalismo ambiental se eleva como essencial à divulgação dessas questões. Ao informar e sensibilizar o público sobre a biodiversidade e os riscos de sua perda, pode influenciar políticas públicas, promover conscientização e engajar a sociedade na proteção dos ecossistemas, conectando ciência e cotidiano e traduzindo dados técnicos em narrativas acessíveis sobre a interdependência entre biodiversidade e bem-estar.

2.2. Função Social do Jornalismo e Jornalismo Ambiental

No início do século XVIII, embora o termo “jornalismo” ainda não estivesse plenamente desenvolvido, a ideia de jornal diário já existia. O termo francês “*journée*” (“o que se faz em um dia”) evoluiu para “*papier journal*”, um “escrito renovado diariamente”. Com a adaptação da prensa móvel à produção de jornais, os envolvidos no ofício dividiam-se entre responsáveis pela criação do conteúdo e aqueles que buscavam compreender e explicar sua finalidade e função social, surgindo assim um estudo epistemológico sobre jornalismo (Almeida e Storch, 2017).

A questão central desses estudos, ainda persistente, é: “o que é jornalismo?”, pergunta abordada de diferentes formas conforme os contextos históricos, sem que jamais tenha havido parecer definitivo.

Esse campo gerou livros e manuais que buscaram descrever sua complexidade por meio de diversas teorias, destacando-se a Teoria do *Gatekeeper*, de David Manning White, segundo a qual as notícias são moldadas pelos jornalistas que decidem o que será divulgado; e a Teoria do Agendamento, de Walter Lippmann, para quem os

veículos orientam sobre em que, como e o que pensar em relação aos fatos noticiados (Almeida e Storch, 2017).

Não há, portanto, consenso sobre o que é jornalismo, evidência reforçada pelo advento da internet, que trouxe mudanças significativas em como as pessoas se relacionam consigo, com os outros e com a sociedade. O panorama é reforçado por Adelmo Genro Filho, em *O Segredo da Pirâmide*, ao questionar o reconhecimento do jornalismo em sua “relativa autonomia e indiscutível grandeza” (Genro Filho, 1997, p. 37), frequentemente usado como instrumento de manipulação ou panfletagem política:

De um lado ele [o jornalismo] é visto apenas como instrumento particular de dominação burguesa, como linguagem de engodo da manipulação e da consciência alienada ou como uma correia de transmissão dos 'aparelhos ideológicos do estado' como medição servil e anódina do poder de uma classe, sem qualquer potencial para uma autêntica apropriação simbólica da realidade, de outro lado, estão as visões meramente descritivas ou mesmo apologéticas tipicamente funcionalistas em geral suavemente coloridas com as tintas do liberalismo (Genro Filho, 1997: p. 37).

O jornalismo, especialmente na área ambiental, desempenha uma função que vai além dessas críticas tradicionais. Em tempos de crise ecológica global, o jornalismo ambiental emerge como ferramenta vital para informar, educar e mobilizar a sociedade em prol da sustentabilidade e da preservação dos recursos naturais.

Embora Genro Filho (1997) critique o jornalismo como “correia de transmissão dos ‘aparelhos ideológicos do estado’”, desprovido de capacidade para verdadeira apropriação simbólica da realidade, o jornalismo ambiental desafia essa visão: não só expõe práticas insustentáveis, mas promove o diálogo público necessário à construção de políticas e ações voltadas ao bem comum.

O jornalismo ambiental demonstra potencial transformador ao proporcionar apropriação simbólica da realidade e atuar como catalisador de mudanças sociais e ambientais, evidenciado ao considerar que “interpretar e analisar a realidade”, “registrar a história e construir memória” e “entender o mundo contemporâneo” reúnem-se num conceito que compreende o jornalismo como agente que molda e reforça a ideia coletiva de tempo, pressupondo uma realidade inserida em contexto temporal específico (Reginatto, 2016).

Ao abordar essa função, o jornalismo contribui à construção de uma noção coletiva do presente (Franciscato, 2005). Já “registrar a história e construir memória” forma o passado, facilitando a compreensão do presente, enquanto “entender o mundo contemporâneo” permite construir o presente e antever consequências futuras (Reginatto, 2016). O jornalismo ambiental se posiciona, assim, como força na compreensão e transformação do nosso tempo.

2.3. Meio Ambiente e Sustentabilidade nos Jornais Impressos da Paraíba

Temáticas ambientais em jornais impressos paraibanos constituem objeto de estudo não só na Comunicação, mas também em áreas afins, como História e Educação.

A presença do jornalismo ambiental em charges do extinto jornal *Correio da Paraíba*, em 2007, subsidiou pesquisas do Grupo de Estudos de Divulgação Científica (GEDIC), do DECOM/UFPB (Souza; Costa e Tavares, 2008). Nesse contexto, a Educomunicação, conceito ressoante nas ideias de Paulo Freire, propõe a integração entre educação e comunicação, visando práticas dialógicas e participativas em que a mídia é espaço de construção de conhecimento e transformação social, tornando a comunidade protagonista na produção e disseminação de informações (Soares, 2011).

Em 2008, o GEDIC desenvolveu, para o CCHLA/UFPB, o trabalho “Comunicação Ambiental: projeto de sensibilidade ambiental”, apresentando ações educacionais científico-ambientais em jornalismo e radialismo voltadas à sensibilização ambiental e ao bem-estar coletivo (Tavares e Meireles, 2008), inspirado em iniciativa do Laboratório e Oficina de Geografia da Paraíba (LOGEPA), vinculado ao Departamento de Geociências da UFPB, referente à Agenda 21 (Logepa, s.d.).

Conforme Milaré (2018), a Agenda 21 foi instrumento participativo de planejamento e fomento de sociedades sustentáveis, conciliando conservação ambiental, justiça social e crescimento econômico, assinado por 179 países em 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, durante a Rio 92.

Vinculado ao DECOM/UFPB, o Observatório do Jornalismo no Semiárido atuou por vários anos, refletindo aspectos do agendamento midiático sobre representações sociais da seca e práticas de convivência com o semiárido paraibano veiculadas em A

União, Correio da Paraíba e no extinto *Jornal da Paraíba* (Azevêdo et al., 2016).

O *Correio da Paraíba* também foi objeto de estudo (EPUFS, 2009) quanto a pautas sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável, pelo projeto “Jornalismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional: interfaces e conflitos”, do Laboratório Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (LICA) da UFS.

Artigos, matérias e entrevistas publicados em *A União, Correio da Paraíba, Jornal da Paraíba* e no extinto *O Norte*, nas décadas de 1980 e 1990, subsidiaram a pesquisa “Análise dos textos jornalísticos sobre a atividade baleeira na Paraíba: construindo a história social e ambiental do município de Lucena”, desenvolvida na UFCG, no PIBIC 2012-2013, financiado pelo CNPq (Alves, 2013).

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória, com análise quantitativa e qualitativa dos dados.

Inicialmente, realizou-se pesquisa bibliográfica sobre a temática, a fim de compreender a dimensão dos estudos sobre meio ambiente e sustentabilidade no jornalismo impresso paraibano, com atenção especial aos ODS. Em seguida, pesquisa documental nas edições de *A União*, levantando matérias, reportagens, editoriais e demais textos sobre emergência climática e ODS em 2023, quando discussões, políticas e eventos ambientais estiveram no epicentro das preocupações globais. Foram pesquisadas 314 edições do veículo.

Para a apreciação dos dados, utilizou-se Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), por conceber ordenamento sólido e sistemático ao *corpus* textual, configurando-se como ferramenta para investigar a presença, frequência e significado do tema. Buscou-se compreender como o veículo aborda conteúdos cruciais ao futuro do planeta, identificando narrativas, *frames* e discursos adotados, numa abordagem que permite não só quantificar a frequência de palavras-chave, mas também analisar sua inserção contextual e os significados que lhes são atribuídos.

Definiram-se, então, as palavras-chave buscadas nas edições, com abreviações, quando necessário, para facilitar a disposição dos resultados: “Agenda 2030” (A2030); “Agenda Climática” (AC); “Ambiental” (Amb.); “Crise Climática” (CC); “Desenvolvimento Sustentável” (DS); “Educação Ambiental” (EA); “Emergência Climática” (EC); “Meio Ambiente” (MA); “Mudança do Clima” (MdC); “Mudança Climática” (MC); “Mudanças Climáticas” (MCs); “Nações Unidas” (NU); “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (OdeDS); “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (OdoDS); “ODS”; “ONU”; “Sustentabilidade” (Sustb.); e “Sustentáveis” (Sustv.).

Cogitou-se utilizar palavras-chave relacionadas a cada um dos 17 ODS, como “Saneamento” (ODS 6) e “Energia Limpa” (ODS 7), mas tal amplitude poderia enviesar os objetivos da pesquisa, indicando agrupamentos sem vínculo direto com seu foco. Evitou-se também o emprego de sinônimos e termos análogos ou morfologicamente derivados, para impedir uma miríade de fragmentos de análise.

A definição das palavras-chave foi fundamental para garantir precisão e abrangência da Análise de Conteúdo, cada termo

justificado por sua relevância aos temas dos ODS e da Emergência Climática e ao contexto da cobertura do jornal.

Descartou-se o uso de *softwares* especializados em Análise de Conteúdo, privilegiando nuances semânticas, relações subjacentes e a complexidade dos discursos, por meio de interpretação contextualizada, atributo inerente à análise humana. A análise manual permitiu, ainda, readequações metodológicas ao longo da pesquisa, aprofundando questões surgidas no processo investigativo.

Após a filtragem, as palavras-chave foram agrupadas em 12 tabelas referentes aos meses de 2023. A primeira coluna, PC (palavras-chave), contém as abreviações das 18 palavras-chave consideradas; as colunas seguintes correspondem aos dias de circulação do jornal em cada mês, registrando-se em cada célula a quantidade de ocorrências da palavra-chave na edição, independentemente do número de vezes em um mesmo texto. A última coluna, TM (Total no Mês), indica em quantas edições mensais a palavra-chave ocorreu, informação que fundamenta a análise anual, obtida pela soma desses resultados, conforme exemplo da Tabela 01:

Tabela 1. Análise dos dados relativos ao mês de fevereiro/2023 (24 edições).

PC	1	2	3	4	5
A2030	-	-	-	-	-
AC	-	-	-	-	-
Amb.	4	3	10	7	9
CC	-	-	-	-	1

DS	.	.	1	.	1
EA	.	.	.	.	1

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/jornalismo-e-funcao-social-analise-do-jornal-a-uniao-a-luz-da-emergencia-climatica-e-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel?noblockage>

Fonte: elaboração própria, 2024.

Entendeu-se a contextualização temporal e temática como relevante para identificar a atenção dada por *A União* a questões que, em 2023, foram encaradas como críticas. Os resultados foram comparados à fundamentação teórica, verificando-se o grau de aderência do jornal a esses conceitos, e a análise atentou aos padrões, ruídos e demais aspectos da cobertura sobre emergência climática e ODS.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao agregar as ocorrências mensais de cada palavra-chave, extraídas das 12 tabelas anteriores, obteve-se nova tabela com a quantidade anual de edições de *A União*, entre as 314 publicadas em 2023 (majoritariamente diárias e disponíveis em formato .pdf no site do jornal), nas quais cada palavra-chave constou:

Tabela 2. Ocorrência anual dos termos pesquisados em edições de *A União* em 2023.

Palavras-Chave	JAN 27 ed.	FEV 24 ed.	MAR 27 ed.	ABR 26 ed.	MAI 26 ed.
A2030	2	0	2	0	1

AC	1	0	1	0	0
Amb.	26	24	24	26	22
CC	2	4	1	2	0
DS	18	7	13	13	17

⚠ Esta tabela possui muitas colunas e foi cortada para impressão. Para visualizá-la completa, acesse o artigo original em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/jornalismo-e-funcao-social-analise-do-jornal-a-uniao-a-luz-da-emergencia-climatica-e-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel?noblockage>

Fonte: elaboração própria, 2024.

Inicialmente, buscou-se constatar se houve pautas ambientais em *A União* nos 12 meses através da palavra-chave “Ambiental”, termo genérico, mas capaz de oferecer visão macro da abrangência prevista. Das 314 edições, 290 registraram sua ocorrência. Número expressivo, que reflete, ao menos primariamente, a relevância de questões ambientais também no cenário estadual. No jornalismo, é senso comum que a cobertura de dado tema corresponde a um dos indicadores de responsabilidade social da mídia, ainda mais estatal, quando se espera prestação de contas dos atos governamentais.

Semelhantemente, verificou-se a ocorrência da palavra-chave “Meio Ambiente”, termo um pouco mais específico, com números ainda maiores (297 edições). Curiosamente, não houve publicação de *A União* em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, estabelecido em 1972, ano marcado pela Conferência de Estocolmo, primeira grande conferência internacional sobre questões ambientais. Em alusão à data, o Decreto n.º 86.028, de 27 de maio de 1981, instituiu no Brasil a Semana Nacional do Meio Ambiente (SEMIL, 2023), comemorada de 1.º a 5 de junho, chamando atenção para ações que

impactam negativamente a biodiversidade, a preservação de recursos naturais e o desenvolvimento sustentável.

Apesar de não ter havido publicação em 5 de junho, houve circulação nos demais dias da Semana. Na edição n.º 103, de 1.º de junho, no Caderno *Geral*, o veículo atenta à Semana Estadual do Meio Ambiente, promovida pelo Governo da Paraíba entre 5 e 11 de junho de 2023, com debates e ações preventivas em João Pessoa e outras cidades do estado:

Figura 1. Edição de A União na Semana do Meio Ambiente 2023.

SEMANA DO MEIO AMBIENTE

Estado celebra data com debates e ações de preservação

O Governo do Estado, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas), irá promover uma vasta programação para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente. A Semana Estadual do Meio Ambiente terá início na próxima segunda-feira (5) e prosseguirá até domingo (11), com o tema Construindo um Futuro Sustentável para a Paraíba – envolvendo a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema) e Batalhão de Policiamento Ambiental, além de diversos órgãos estaduais e instituições parceiras. Na programação, palestras, exposições e mesas-redondas, além da apresentação de

políticas públicas adotadas pelo Governo do Estado na preservação do meio ambiente.

A abertura da Semana Estadual do Meio Ambiente será no largo do Jardim Botânico Benjamin Maranhão, em João Pessoa, na segunda-feira, às 15h. Em destaque, a assinatura de Termos de Cooperação e Cartas de Intenção entre o Governo do Estado e instituições de Ensino Superior. Entre as atrações, está uma exposição de taxidermia pelo Batalhão de Policiamento Ambiental (BPAMB), além da palestra "Soluções para Poluição Plástica, ministrada por Gustavo Veronesi

(ONG SOS Mata Atlântica).

Já na terça-feira (6), a programação segue tanto na capital quanto no município de Cuité, onde haverá também uma exposição de taxidermia. Em João Pessoa, a Superintendência do Meio Ambiente (Sudema) promoverá, às 8h30, a mesa-redonda Logística Reversa e suas Representações – Sudema, entidade gestora e cooperativa, na sede da Escola do Serviço Público (Espesp), além de uma trilha temática, a partir das 9h, no Jardim Botânico Benjamin Maranhão, entre outras ações.

No dia 7, a programação da Semana Estadual do Meio Am-

biente contempla os municípios de João Pessoa, Campina Grande e Cajazeiras, com palestras e exposição. Na capital, a programação começa a partir das 8h, no Parque Paratyba 2. Às 8h30, no Instituto Federal de Educação da Paraíba (IFPB), em Cajazeiras, a Sudema ministra a mesa-redonda Logística Reversa e suas Representações – Sudema, entidade gestora e cooperativa.

Às 9h, em João Pessoa, a programação também integra uma trilha temática no Jardim Botânico Benjamin Maranhão. Já em Campina Grande, a programação começa com a mesa-redonda "O Rural Sustentável e o Fu-

turo do Campo". Instrumentos de regularização do campo e a descarbonização da matriz energética e de transportes estão entre os temas abordados durante a Semana Estadual do Meio Ambiente na Rainha da Borborema, cuja programação será encerrada com plantio de mudas.

No dia 8, a programação se concentra em João Pessoa, com entrega de mudas de árvores no Jardim Botânico e com exposição de taxidermia, entre outras ações. Já no dia 9, terá trilhas temáticas e panfletagem no Busto de Tamandaré sobre poluição sonora. No local, também haverá uma exposição de taxidermia.



Acesse o QR Code para ver a programação completa da Semana Estadual do Meio Ambiente

Fonte: A União (n.º 103 - 01/06/2023).

A Semana Estadual do Meio Ambiente de 2023 também foi lembrada nas edições de 3 e 4 de junho, com amplo destaque (ocupando uma página inteira do jornal) na edição do dia 6, marcando seu início.

A baixa incidência da palavra-chave "Agenda 2030", em 20 das 314 edições de 2023 (sem qualquer menção em fevereiro e abril), revela lacuna considerável na cobertura, comprometendo o papel informacional e educador do jornalismo em questões centrais à sustentabilidade, dado seu compromisso com a completude da informação, primordial à formação do olhar crítico aos desafios

ambientais contemporâneos. Essa lacuna se agrava ao cruzar “Agenda 2030” com “Objetivos de/do Desenvolvimento Sustentável” e “ODS”. Mesmo sendo o documento principal que define esses objetivos e as estratégias para atingi-los, não se vê a primeira palavra-chave associada às demais. Jornalisticamente, ainda que os ODS sejam objetivos específicos, a menção conjunta à Agenda 2030 contextualiza a informação, mostrando que integram um plano global amplo. Essa compreensão é essencial para avaliar a coerência e o impacto do jornal como agente comunicacional na promoção dos ODS e na sensibilização sobre a Emergência Climática. Conforme Sodré (2017), a Comunicação Social exerce papel ímpar na mediação entre novas tecnologias e o impacto social da informação, reforçando a necessidade de cobertura que integre plenamente as demandas por sustentabilidade e desenvolvimento.

Apesar de sua evidência atual, a expressão “Emergência Climática” não é nova, tendo sido cunhada para atrair a atenção pública à gravidade da crise ambiental global. O termo se tornou notório em 2010, quando a urgência de ações efetivas no combate às mudanças climáticas passou a ser tratada com maior afinco por grupos ativistas e pelos campos jornalístico e acadêmico-científico (Smith e Howe, 2015). Dada sua ampla adoção e a consequente mudança exponencial no discurso sobre o clima, o Dicionário *Oxford* elegeu o termo “palavra do ano” de 2019 (Oxford Languages, 2019).

O termo, apesar do significado, foi quase desconsiderado em *A União*, mencionado em 8 edições no ano; nem mesmo nos meses de março (uma ocorrência) e setembro (nenhuma), quando se comemoram, respectivamente, o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas (16/03) e, na Paraíba, o Dia Estadual da Conscientização sobre Mudanças Climáticas (20/09). Diante dessa

amostragem, buscaram-se termos mais neutros (“Agenda Climática”; “Crise Climática”; “Mudança Climática”; e “Mudanças Climáticas”), revelando a real abrangência ante a pauta, com 239 edições no ano. A esse total, somou-se a palavra-chave “Mudança do Clima”, ainda que parcialmente homônima ao Ministério criado pelo Governo Federal em 2023.

Presumiu-se que tais ocorrências decorreriam de ações conjuntas entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e sua pasta correlata estadual, a SEMAS, expectativa não confirmada. Prevaleceram matérias majoritariamente replicadas de *releases* do executivo federal e de agências de notícias, sobre a atuação geral da ministra Marina Silva, evidenciando seu protagonismo na condução das políticas ambientais do país.

O uso do termo “Emergência Climática”, em vez de expressões graduais, é fundamental para reforçar a urgência da gravidade ambiental atual. Os veículos de imprensa, formadores da opinião pública, credibilizam seu papel ao adotar a terminologia, influenciando diretamente a percepção e a reação da audiência. Termos menos alarmantes podem gerar percepção ingênua ou errônea de que as mudanças climáticas são problema distante ou controlável, quando, na verdade, a sociedade está diante de uma crise que demanda ações concretas e imediatas. Não cabe à imprensa só informar, mas mobilizar seu público para agir, fomentando senso de urgência individual e coletivo, ação potencialmente mais expressiva com o uso correto da terminologia, daí a necessidade de incorporá-la de modo consistente e irrestrito.

A ocorrência de pautas sobre educação ambiental também foi verificada, pois 2023 foi marcado pelas discussões do Projeto de Lei

n.º 6.230/2023, que atualiza a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), modificando a Lei nº 9.795/1999, ao assegurar a inserção de temas sobre mudanças do clima, proteção da biodiversidade e riscos e emergências socioambientais no contexto brasileiro atual (MEC, 2024). A sanção do PL originou a Lei nº 14.926/2024.

Quanto às suas macrotendências (Layrargues e Lima, 2014), prevaleceram pautas conservacionistas e pragmáticas, priorizando a preservação dos recursos naturais e a adaptação às mudanças ambientais como forma de gestão de riscos. A adoção de uma vertente crítica por um veículo público estatal, que buscasse questionar as estruturas sociais e políticas que sustentam a degradação ambiental, implicaria abordagem mais profunda e transformadora, desafiando as políticas públicas vigentes e promovendo sensibilização mais ampla e engajada. Presume-se, porém, que tal postura poderia gerar tensões com agendas político-governamentais estabelecidas, ao evidenciar questões estruturais e conflitos de interesse frequentemente evitados no discurso oficial.

A palavra-chave “Educação Ambiental” foi encontrada em 72 das 314 edições, com maiores ocorrências em janeiro (12 edições) e março (10 edições). Em matéria sobre ações da Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) na Praia do Seixas, em João Pessoa-PB, de 28 de janeiro, houve uma simples menção ao Dia Mundial da Educação Ambiental, comemorado em 26 de janeiro.

A UNESCO realizou, em 1975, em Belgrado, um Encontro Internacional de Educação Ambiental, do qual resultou a Carta de Belgrado (MEC, s.d.), primeiro marco para a educação ambiental, com recomendações e orientações sobre a relação entre sistemas

econômicos, políticos e sociais e o meio ambiente. Do encontro também surgiu o Dia Mundial da Educação Ambiental (26 de janeiro). Destacaram-se, em janeiro, ocorrências da palavra-chave “Educação Ambiental” vinculadas ao Programa Estratégico de Estruturas Artificiais Marítimas (PREAMAR) e ao programa “Amigos da Praia”, da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP).

O PREAMAR consiste em iniciativa do governo estadual, através da Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (CINEP), em parceria com o Polo de Inovação do IFPB e interveniência da Fundação de Apoio ao instituto (FUNETEC), mediante Acordo de Parceria firmado em 17 de janeiro de 2023. Já o programa “Amigos da Praia”, da Autarquia Especial Municipal de Limpeza Urbana (EMLUR) da PMJP, ocorre nas praias pessoenses no verão, com orientações sobre o descarte de resíduos.

Em matéria publicada no dia da assinatura do acordo que viabilizou o PREAMAR, já no início do texto se constata a devida relação da pauta às “mudanças climáticas” e à “Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU”, primando pela completude da informação:

Figura 2. Matéria de *A União* sobre implantação do PREAMAR.

Litoral da PB terá recifes artificiais

Programa terá investimentos de R\$ 2,5 milhões e tem por objetivo fazer a restauração ecológica dos corais

No contexto da Década dos Oceanos, combate às mudanças climáticas e atendimento à Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, da ONU, será desenvolvido o Programa Estratégico de Estruturas Artificiais Marinhas da Paraíba (Preamar), que prevê a instalação de recifes artificiais marinhos e a restauração ecológica dos corais da Paraíba. A assinatura do acordo de parceria entre a Companhia de Desenvolvimento da Paraíba (Cinep) e o IFPB, acontecerá hoje, às 10h, na Fundação Casa de José Américo, na avenida Cabo Branco, em João Pessoa. O valor dos investimentos foi estimado pela Cinep em R\$ 2,5 milhões.

O evento contará com a presença do governador João Azevêdo e a reitora do IFPB, professora Mary Roberta Meira Marinho, além de outras autoridades.

A biodiversidade marinha da

Paraíba sustenta a pesca artesanal e o modo de vida de milhares de pescadores ao longo de sua costa. Além disso, suas praias de extrema beleza e condições oceanográficas propícias, favorecem a visitação e o turismo náutico e subaquático ao longo de todo o ano.

Frete aos desafios ligados ao desenvolvimento, à conservação da natureza e o uso sustentável da zona costeira, o Preamar prevê a realização de um conjunto de ações socioambientais, que tem como base a utilização de recifes artificiais, com o objetivo de recuperar a biodiversidade, fomentar o turismo náutico e subaquático e colaborar com o manejo da pesca na Paraíba.

Para realizar estas ações, o Polo de Inovação, do Instituto Federal da Paraíba, e o Governo do Estado da Paraíba, por meio da Cinep se unem para a implanta-

ção do Preamar. O programa será desenvolvido ao longo de quatro anos e tem como meta o lançamento de 10 mil blocos de recifes artificiais, possivelmente, em 10 pontos da plataforma continental rasa do Estado da Paraíba. As áreas serão definidas após a realização de estudos ambientais com a participação dos segmentos ligados ao turismo, pesca e navegação. Além disso, será definida uma área para mergulho temático e realizadas técnicas de restauração ecológica dos ambientes coralíneos naturais.

Segundo o professor Cláudio Dybas, do Campus Cabedelo-Centro do IFPB e coordenador do Preamar "O programa representa um marco na gestão costeira integrada no estado, pois através da pesquisa, inovação e tecnologia, dialogará com os setores econômicos e socioambientais, e promoverá a Educação Ambiental de



Estado e IFPB assinam, hoje, a parceria na Fundação Casa de José Américo

forma transversalizada e curricularizada".

A primeira fase dos trabalhos consiste no planejamento, diagnósticos ambientais e reuniões públicas com a comunidade. Na segunda fase do programa, serão instaladas as estruturas em concreto, em locais previamente de-

terminados; por último, será feito o monitoramento do resultado das ações do Programa. O Preamar conta com uma equipe multidisciplinar e qualificada, envolvendo pesquisadores do IFPB, UFPA e colaboradores externos. Outras parcerias serão estabelecidas ao longo do desenvolvimento das ações.

Fonte: A União (n.º 303 - 17/01/2023).

O exemplo foi um dos poucos com menção à ONU como promotora e coordenadora da Agenda 2030 e dos ODS. Em 213 edições do ano, a palavra-chave "Nações Unidas" se concentrou em notícias sobre conflitos bélicos na Europa e na África, replicadas de agências internacionais ou de *releases* da própria ONU.

Ao explorar as palavras-chave "Sustentável" (242 edições) e "Sustentabilidade" (211, isoladamente das demais palavras-chave que a contêm), observou-se certa razoabilidade nas menções a práticas sustentáveis pelos variados cadernos do jornal, independentemente do tema (infraestrutura, economia, saúde, educação, entretenimento etc.). Além dessa ampla menção, *A União* conta com um caderno específico, *Radar Ecológico*, publicado aos domingos e integralmente voltado a pautas sustentáveis e ambientais. O espaço, de uma página, traz em cada edição uma reportagem com maior riqueza de detalhes e opiniões especializadas.

Levar tais questões a vários cadernos, além de constituí-las à rotina editorial, amplia o debate ambiental, dirime nichos de informação e

alcança públicos diversos, inclusive desinteressados pelos temas, que se deparam com eles em diferentes contextos, numa clara interdisciplinaridade entre meio ambiente, sustentabilidade, cultura, política, economia e sociedade.

Por outro lado, um caderno específico permite aprofundar esses temas, atraindo público particular e potencialmente engajado, exigindo profissionais cada vez mais especializados, o que reforça o jornalismo ambiental no estado.

Assim, entende-se que a estratégia comunicativa de *A União*, ao se dedicar a diferentes demandas de público, não só informa, mas educa, sensibiliza e mobiliza seu leitor, atendendo a seu caráter público e social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da cobertura dos ODS e da Emergência Climática em *A União* promove interseção substancial entre Comunicação Social, Educação Ambiental e Sustentabilidade, mantendo-se na vanguarda dos estudos interdisciplinares.

Na Comunicação Social, permite-se compreender aspectos como a modelagem da opinião pública pela mídia e sua consequente influência comportamental, além da aplicação de narrativas voltadas a temas emblemáticos como a Sustentabilidade. Investigar se e como *A União* se atenta aos ODS e à crise climática, e com que eficácia constrói um discurso público sustentável, instiga estudos em jornalismo ambiental, com ênfase à Comunicação Governamental.

Quanto à Educação Ambiental, a mídia permite promover discussões, conscientização e sensibilização sobre desafios ambientais, estimulando práticas mais sustentáveis. Ao analisar a cobertura jornalística, a pesquisa lança luz sobre como a mídia, importante agente de influência e percepção pública, pode ser encarada e utilizada como instrumento educador voltado às questões ambientais.

Quanto à Sustentabilidade, multifacetada e permeada de características não só ambientais, mas econômicas e sociais, ao voltar-se à cobertura dos ODS, a pesquisa contribui para compreender como a mídia aborda as variadas dimensões desses objetivos e sua busca por um horizonte mais sustentável.

O trabalho priorizou a ocorrência mensal e o total anual das palavras-chave, mas o alcance dos dados coletados, com suas infindáveis possibilidades de combinações e cruzamentos, permite uma série de análises a partir do mesmo material.

Entende-se que a pesquisa tem potencial para agregar conteúdo a estudos e ações futuras vinculados às áreas que abarca, como análises do discurso e comparativas, estudos de recepção e de casos, e campanhas de comunicação governamentais.

Espera-se, ainda, que possa subsidiar o planejamento de políticas públicas efetivas em Comunicação Ambiental e Educação para a Sustentabilidade, e ser utilizada em formações diversas das áreas às quais está inserida, contribuindo para a formação acadêmico-profissional de todos que ainda não perderam a esperança no amanhã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. **A União - Jornal, Editora e Gráfica.** Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/>. Acesso em 25 ago. 2024.

_____. LEI N.º 14.926, DE 17 DE JULHO DE 2024. **Altera a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, para assegurar atenção às mudanças do clima, à proteção da biodiversidade e aos riscos e vulnerabilidades a desastres socioambientais no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental**/. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14926.htm#art2. Acesso em: 01 ago. 2024.

_____. **Política Nacional de Educação Ambiental é atualizada.** EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/julho/politica-nacional-de-educacao-ambiental-e-atualizada>. Acesso em: 01 ago. 2024.

_____. **Por que a Semana Nacional do Meio Ambiente e o Dia Mundial do Meio Ambiente são tão importantes?** In: Portal de Educação Ambiental; Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/2023/06/por-que-a-semana-nacional-do-meio-ambiente-e-o-dia-mundial-do-meio-ambiente-sao-tao-importantes/>. Acesso em: 16 abr. 2024.

_____. **United Nations Conference on the Human Environment, 5-16 June 1972, Stockholm; in Conferences | Environment and sustainable development.** Disponível em: <https://www.un.org/en/conferences/environment/stockholm1972>. Acesso em: 16 abr. 2024.

A UNIÃO. Governo da Paraíba. Arquivo Digital. Diário Oficial do Estado. 2022. Setembro. LEI N.º 12.392, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022. **Institui o Dia Estadual da Conscientização sobre Mudanças Climáticas.** *In:* DOEPB. N.º 17.698, de quarta-feira, 14 de setembro de 2022; Atos do Poder Legislativo; p. 01. Disponível em: <https://auniao.pb.gov.br/servicos/doe/2022/setembro/diario-oficial-14-09-2022.pdf/view>. Acesso em: 15 abr. 2024.

ALMEIDA, V. R. de; STORCH, L. S. 2017, Curitiba. Anais eletrônicos[...]. Curitiba: **Função Social Do Jornalismo: O Não-Consenso Importante.** *In:* Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2017. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-2005-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

AMARAL, Márcia Franz; LOOSE, Eloísa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho (Org.). **Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas.** Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2020. 52 p.

ARTAXO, P. Working together for Amazonia. **Editorial Science Magazine**, v.363, Issue 6425, doi: 10.1126/science.aaw6986, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.aaw6986>. Acesso em: 22 ago. 2024.

AZEVEDO *et al.*, Caruaru. Anais eletrônicos[...]. Caruaru: **Representações sobre a estiagem no semiárido: uma análise do jornal Correio da Paraíba.** *In:* Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/22272?locale=pt_BR. Acesso em: 25 ago. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BPBES. **1º Diagnóstico Brasileiro de Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos**. Sumário para tomadores de decisão. 2018.

Disponível em:

<https://www.bpb.es.net.br/wp-content/uploads/2018/11/Sum%C3%A1rio-para-Tomadores-de-Decis%C3%A3o-BPBES-1.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

BUENO, W. C.. **Jornalismo Ambiental**: explorando além do conceito. In: GIRARDI, I; SCHWAAB, R. T. (Org.) *Jornalismo ambiental: desafios e reflexões*. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 105-118.

EM PAUTA UFS. **Cobertura jornalística sobre a transposição do Rio São Francisco é tema de subprojeto**. Disponível em:

<https://empautaufs.wordpress.com/2009/11/25/cobertura-jornalistica-sobre-a-transposicao-do-rio-sao-francisco-e-tema-de-subprojeto/>.

Acesso em 12 mai. 2024.

FERREIRA, Josivaldo Soares; LIMA, Maria José Cordeiro de. **Jornal A União**: um patrimônio cultural e histórico paraibano. In: I COLÓQUIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. GT 13: História e Patrimônio Cultural.. Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), 1º, 2008. Anais [...]. Campina Grande - PB, 2008. ISBN: 978-85-89674-48-5. Disponível em: <https://dspace.sti.ufcg.edu.br/handle/riufcg/36805>. Acesso em: 12 jul. 2026.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS, 2005. 274 p.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GIARARDI, I. M. T., MORAES, C. H., LOOSSE, E. B., NEULS, G., MASSIERER, C., CAMANA, A., *et al.* **O olhar do jornalismo sobre a Economia Verde: estudo a partir da cobertura da Rio+20 pelos portais G1, UOL e Terra**. Líbero (FACASPER), v. 16, p. 71-80.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello; MASSIERER, Carine; STEIGLEDER, Débora Gallas. **Pesquisas em jornalismo e meio ambiente se consolidam no Brasil**. *Nexo Políticas Públicas*, São Paulo, 25 ago. 2023. Atualizado em: 28 dez. 2023, 17h04. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2023/pesquisas-em-jornalismo-e-meio-ambiente-se-consolidam-no-brasil>. Acesso em: 12 jul. 2026.

GOV.BR. LEI N.º 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Subchefia para assuntos jurídicos. Casa Civil. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm. Acesso em: 01 ago. 2024.

INPE. **Estimativa de desmatamento na Amazônia Legal para 2022 é de 11.568 km²**. Disponível em: https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/sei_01340-009084_2022_72_notatecnica_estimativa_prodes_2022_revisada_lu_lm_27_10_rev_la-002.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

JORNAL DA USP. **Ambiente é o Meio #143: Jornalismo ambiental ganha espaço nos últimos anos e se transforma em forma de educação ambiental**. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/podcast/ambiente-e-o-meio-143-jornalismo-ambiental-ganha-espaco-nos-ultimos-anos-e-se-transforma-em-forma-de-educacao-ambiental/>. Acesso em 04 set. 2024.

LAYRARGUES P.P.; LIMA, G.F.C. As macro tendências Político-Pedagógicas da Educação Ambiental Brasileira. **Revista Ambiente & Sociedade**, [online], São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 23-40, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-44220003500>. Acesso em: 06 ago. 2024.

LICA UFS. **Sobre o LICA**. Disponível em: <https://licaufs.blogspot.com/2009/06/sobre-o-lica.html>. Acesso em: 24 ago. 2024.

LOGEPA. **Laboratório de Oficina e Geografia da Paraíba**. Disponível em: <https://logepa.webnode.page/>. Acesso em: 24 ago. 2024.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (org.). **Educação ambiental: repensando espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. 255p.

MATOS, Sara. ESTRÁZULAS, Jimi Aislan. **O Jornalismo Educativo como gênero de Jornalismo Especializado**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte – Manaus - AM – 01 a 03/05/2013. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/norte2013/resumos/R34-0475-1.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MILARÉ, Édís. **Direito do ambiente**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Carta de Belgrado**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CBelgrado.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2024.

MORIN, E. **Ensinar a viver: manifesto para mudar a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 16 abr. 2024.

ODS-PB. **Territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na Paraíba**. Disponível em: <https://odspb.secties.pb.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

OS GUEDES. **Jornal A União comemora 129 anos e é o único impresso a circular diariamente na Paraíba**. Entretenimento. Disponível em: <https://www.osguedes.com.br/2022/02/02/jornal-a-uniao-comemora-129-anos-e-e-o-unico-impresso-a-circular-diariamente-na-paraiba/>. Acesso em: 14 abr. 2024.

OXFORD Languages. **Word of the Year 2019**. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2019/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

PARAÍBA. Diretas. Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Institucional. **A Secretaria**. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-do-meio-ambiente-e-sustentabilidade/institucional/a-secretaria>. Acesso em: 27 fev. 2024.

PBES. **Global assessment report of the Intergovernmental Science-Policy Platform on Biodiversity and Ecosystem Services**,

Brondízio, E. S.,

PENA, Felipe et al. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2010.

PLANALTO. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. LEI N.º 12.533, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2011. **Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre as Mudanças Climáticas.** Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12533.htm. Acesso em: 15 abr. 2024.

PORTAL DA CAPITAL. **Prefeitura realiza ação educativa com programa ‘Amigos da Praia’ a partir desta sexta-feira.** PARAÍBA. Disponível em:

<https://www.portaldacapital.com/2024/01/11/prefeitura-realiza-acao-educativa-com-programa-amigos-da-praia-a-partir-desta-sexta-feira/>. Acesso em 23 abr. 2024.

REGINATTO, Gisele. **As finalidades do jornalismo: o que dizem veículos, jornalistas e leitores.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140809>. Acesso em: 20 mai. 2023.

ROCHA, I. A. dos S., & PAULINO, R. de C. R. (2023). **Agenda 2030: a potencialidade do jornalismo. Como o Jornalismo se faz presente na educação de qualidade, contribuindo para o 4º objetivo de desenvolvimento sustentável.** Comunicação & Educação, 28(2), 100-114. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v28i2p100-114>. Acesso em: 23 jun. 2024.

Settele, J., Díaz, S., Ngo, H. T. (eds). IPBES secretariat, Bonn, Germany, 2019. 1144 pages. ISBN: 978-3-947851-20-1.

SMITH, Philip; HOWE, Nicolas. **Climate Change as Social Drama: Global Warming in the Public Sphere**. Cambridge University Press, 2015, 242 p.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011.

SODRÉ, Muniz. **Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOUZA, H. A. de; COSTA, L. R. F. de M. M; TAVARES, O. 2008, Natal. Anais eletrônicos[...]. Natal: **Jornalismo Ambiental e Humor nas Charges do Jornal Correio da Paraíba**. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1052-1.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024.

TAIBO, C. **Colapso: capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo**. Tradução de Marília Andrade Torales Campos e Andréa Macedônio de Carvalho, Ed. UFPR. 2019.

TAVARES, Olga; MEIRELES, Norma. Natal. Anais eletrônicos[...]. Natal: **Comunicação Ambiental**: projeto de sensibilidade ambiental. In: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2008. Disponível em: <https://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0861-1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2026.

TRAQUINA, Nelson. **As teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são. Vol. I. Florianópolis: Insular, 2005.

TRIGUEIRO, André. **Meio ambiente na idade média.** In: Trigueiro, André (Org.). *Meio Ambiente no Século 21: 21 especialistas falam da questão nas suas áreas de conhecimento.* Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

UFSM. **Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas.** Disponível em: <https://www.ufsm.br/editoras/facos/minimanual-para-a-cobertura-jornalistica-das-mudancas-climaticas>. Acesso em: 16 abr. 2024.

UNESCO. **Dia Mundial do Meio Ambiente.** Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/days/environment>. Acesso em: 16 abr. 2024.

UNITED NATIONS. **SDG Media Compact Members.** New York: United Nations. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/sdg-media-compact-members/>. Acesso em: 20 jul. 2026.

¹ Técnico em Comércio Exterior e em Guia de Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), tecnólogo em Produção Publicitária pela Faculdade de Tecnologia da Paraíba (FatecPB/Uniesp), bacharel em Comunicação Social - Radialismo e Jornalismo pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN). Discente de Pedagogia na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (Uern) e da Especialização em Educação em Direitos Humanos do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH) da UFPB. Membro do Grupo de Estudos em Mídia, 2023.

² Graduação em Gestão Ambiental, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) e em Geografia pela Universidade Estácio de Sá. Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE. Doutorado em Engenharia Civil, com ênfase em tecnologia ambiental e recursos hídricos da UFPE.

Pós doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo PRODEMA (UFPE). Especialização em Docência para Educação profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB). Professora do Programa de Pós Graduação em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua/UFPE). Possui experiência nas áreas de Gestão e Planejamento Ambiental, Análise de políticas públicas, Avaliação de Impactos Ambientais, Modelagem institucional, Governança Ambiental e de recursos hídricos, Educação ambiental, Serviços ambientais e Biologia da conservação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3649-3092>

³ Professora adjunta do curso de Comunicação em Mídias Digitais da Universidade Federal da Paraíba (DEMID/UFPB), vice-coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educomunicação e Linguagens da Amazônia (PPGEL-Amazônia/UFAM Parintins), pesquisadora vinculada ao Grupo de Pesquisa Via - Visualidades Amazônicas (UFAM), ao Grupo de Estudos e Pesquisas de Práticas Jornalísticas (GEPJOR), ao Núcleo de Estudos de Linguagem da Amazônia (NEL-Amazônia) e ao Coletivo Emergências (UFOP). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade

Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN, 2021). Possui Mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGC/UFPB, 2010), bacharelado em Comunicação Social (Publicidade e Propaganda) pelo Instituto de Educação Superior da Paraíba (Iesp, 2005) e em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, 2006). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5160-5921>